

MATHEUS BRANDÃO ALVARENGA MARIANO

**A RELAÇÃO ENTRE PERFIL DE LIDERANÇA POLÍTICA E GOVERNABILIDADE:
UM ESTUDO DO CASO DOS EX-PRESIDENTES DOS GOVERNOS DO PT**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Pesquisa (CEPES), da Escola de Direito e Administração Pública (EDAP/IDP), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Administração Pública.

Orientador: Professor Me. Juan de Assis Almeida.

**BRASÍLIA,
FEVEREIRO/2019**

A RELAÇÃO ENTRE PERFIL DE LIDERANÇA POLÍTICA E GOVERNABILIDADE: UM ESTUDO DO CASO DOS EX-PRESIDENTES DOS GOVERNOS DO PT

THE RELATION BETWEEN POLITICAL LEADERSHIP PROFILE AND
GOVERNABILITY: A STUDY CASE OF THE FORMER PRESIDENTS OF THE
PARTIDO DOS TRABALHADORES GOVERNMENTS

Matheus Brandão Alvarenga Mariano

SUMÁRIO: Introdução; 1. O conceito weberiano de dominação; 2. Governabilidade no Brasil Contemporâneo: o Presidencialismo de Coalizão; 3. A trajetória política dos ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff; 4. As imbricações entre estilo de liderança e superação de crises governamentais; Conclusão.

RESUMO

O presente artigo se destina a tentar estabelecer uma relação entre o estilo de liderança adotado por um presidente da república e como isso influencia na consecução de seu mandato. O método utilizado é de revisão de bibliografia, fazendo-se uso desde textos clássicos como os das obras de Sócrates, Maquiavel e Max Weber até textos mais recentes que analisam fatos que aconteceram nos últimos anos. Apresentar-se-á inicialmente os tipos de dominação que propõe Weber, depois passa-se à uma análise resumida do sistema de governo do Brasil e o que fez o país culminar para tal, além de serem abordados alguns pontos a respeito de governabilidade. Depois analisa-se os estilos de liderança e a trajetória dos dois ex-presidentes em análise e por fim analisa-se as consequências de seus estilos de liderança em seus mandatos e de outros pontos específicos que também podem influenciar no quesito analisado. É feita uma revisão bibliográfica, onde são confrontados acontecimentos que foram vivenciados de perto com o referencial teórico.

Palavras-chaves: Política Brasileira; Presidencialismo de Coalizão; Governos do PT; Impeachment; Gênero.

ABSTRACT

The present article is intended to try to establish a relationship between the style of leadership adopted for a President of the Republic and how this influences the achievement of his mandate. The method used is a literature review, using classic texts such as the works of Socrates, Machiavelli and Max Weber to more recent texts that analyze facts that have happened in recent years. The types of domination proposed by Weber will be presented initially, followed by a brief analysis of the Brazilian system of government and what made the country make this choice, as well

as a few points about governability. Then the leadership styles and the trajectory of the two former presidents are analyzed and finally the consequences of their leadership styles in their mandates and of other specific points that also can influence in the analyzed question. A bibliographical review is made, where events that have been experienced closely are confronted with the theoretical reference.

Key-words: Brazilian Politics, Coalition Presidentialism, PT Governments; Impeachment; Gender.

INTRODUÇÃO

Governar no Brasil não é uma tarefa fácil. Essa afirmação perpassa inúmeros campos de estudo e este trabalho visa abordar um específico que pode facilitar ou dificultar o ato de governar do chefe do poder Executivo brasileiro, que é o estilo de liderança por ele adotado. Além desse, inúmeros outros fatores podem influenciar na governabilidade de um presidente, tais como a forma de governo adotada, além de características da própria sociedade, como esta ser mais conservadora ou progressista.

Para compreender estes aspectos, o presente estudo abordará também as características básicas de um sistema parlamentarista e do sistema presidencialista e quais os pontos que levaram o país a adotar a segunda opção.

O sistema de governo adotado no Brasil além de ser presidencialista, não é um modelo de presidencialismo adotado em outras regiões do globo, como nos Estados Unidos da América, onde há somente dois partidos com representação de fato. Um de governo, um de oposição. Aqui em razão do multipartidarismo, garantia essa que é constitucional, é adotado o presidencialismo de coalizão, que, por sua essência, requer do presidente da República uma capacidade de negociação mínima e por consequência que tenha um certo grau de liderança. No entanto, essas são características para um plano ideal, mas as normas e estatutos que regem esta República não ditam nenhuma regra (e seria até difícil fazê-lo) sobre isso. Tanto que Bagehot (1974:77) aduz que dentre os vários sistemas de governo em que se é possível ser comandado por um incompetente, esse sistema é o presidencialismo.

Passa-se então a análise da trajetória e do estilo de liderança de cada ex-presidente em questão. E por fim como isso influenciou no andamento do mandato quando eles estavam no poder e como seu poder de liderança pode influenciar momentos decisivos do governo.

Quanto à parte metodológica, o trabalho é constituído de uma revisão teórica que subsidia os casos em análise. Além do estudo dos casos específicos dos ex-presidentes, com análise de matérias jornalísticas e de alguns eventos específicos.

A escolha do tema se deu em razão da vivência de boa parte dos assuntos tratados e a necessidade que confrontar esses acontecimentos com o referencial teórico do trabalho.

O trabalho é formado com a colaboração tanto de autores clássicos, como Max Weber, Maquiavel, Montesquieu e alguns outros que dão a base teórica do trabalho, analisando e conceituando os estilos de liderança e dominação, o funcionamento da política, como se dão as leis e como se faz seu cumprimento, como por autores contemporâneos, que explicitam como é a política brasileira de fato, os elementos centrais que apoiam a governabilidade de um presidente, além de analisarem o cenário políticos e as ex-autoridades em questão, são eles, autores como: Antonio Octávio Cintra, Rodrigo Augusto Prando, Paulo César Boni e Cristiane Sabino Silva.

Quanto aos capítulos, eles foram estruturados em quatro. O primeiro tem como autor base Max Weber e é tratado dos tipos de dominação, como se dá a legitimação da dominação e as características de cada tipo. O segundo capítulo perpassa um pouco da história política brasileira, quais fatores levaram ao presidencialismo como escolha do sistema de governo e sobre as relações entre os poderes. Por fim, os dois últimos capítulos trazem a trajetória dos ex-presidentes analisados e como suas características pessoais influenciaram em suas governabilidades, sem esquecer da análise do contexto político-econômico no qual eles estavam inseridos, perpassando também pelas questões de gênero associadas à política.

1. O CONCEITO WEBERIANO DE DOMINAÇÃO

Para um estudo sobre liderança e como este elemento influencia a governabilidade recorre-se a uma importantecategoria teórica desenvolvida por Max Weber, a dominação. Weber classifica a dominação em três tipologias: *i)* a dominação burocrática-legal; *ii)* a dominação tradicional e *iii)* a dominação carismática. No entanto antes de adentrar nas especificidades de cada tipo de dominação, será realizada uma definição do conceito de dominação, sendo esta uma “*possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria*” (WEBER, 2001).

O referido conceito pode se apresentar das mais diversas formas, ou seja, pode-se observá-lo desde o alto de uma cátedra universitária, nas relações de ensino entre um professor e seus alunos, até mesmo em uma relação erótica ou criativa (WEBER, 2001). Nesse sentido, inúmeras situações e contextos que podem ensejar a análise sobre o ângulo do conceito de dominação, no entanto duas são mais interessantes a este estudo, pois são diametralmente opostas. Ressalta-se que entre

as duas situações há formas de transição, contudo, não serão exploradas nesta pesquisa.

O processo de dominação se dá, em uma de suas formas, a primeira, em virtude de uma constelação de interesses. Geralmente esses interesses estão ligados a situações de monopólio, e, em razão desse monopólio¹, acaba-se por exercer dominação (WEBER, 2001). Outra forma de dominação ocorre em virtude de autoridade (poder de mando e dever de obediência). Essa segunda forma não vislumbra motivos ou interesses específicos, mas se baseia e tem seu alicerce no poder de mando que o detentor da autoridade possui. Ela é exercida de sobretudo pelos chefes de família e pela autoridade administrativa ou do príncipe (governante). A primeira forma de dominação, sobretudo quando se tratando de uma situação de mercado, pode ir aos poucos se tornando gradualmente uma dominação autoritária. Ela é mais sentida em virtude da sua falta de regulamentos para regê-la, coisa que não acontece com a dominação em virtude de autoridade, que é toda pautada em normas, leis e tradições (WEBER, 2001).

Um outro conceito muito caro a este tema é o de legitimação. Legitimação na filosofia política é definido como sinônimo de aceitação, e quando se fala de dominação, a aceitação a esta dominação é algo fundamental, quando se deseja dispensar o uso da força. Tanto que se pode traçar o paralelo: onde a força é usada, muito provavelmente se carece de legitimação perante a população. Exemplos disso são as ditaduras, que, não legitimadas pela população se utilizam da força para obter a aceitação necessária para governar (ESLABÃO, 2016).

Tendo tratado do conceito e das formas pelas quais a dominação se dá, tratar-se-á agora de alguns dos possíveis motivos ensejadores da obediência dos dominados ao mandado emitido pelo dominador. Segundo Max Weber (2001), do ponto de vista psicológico um mandado pode ser eficaz com base em três causas: intuição, inspiração e persuasão. As duas primeiras advindas dos dominados e a terceira advinda do poder de convencimento do emissor do mandado. A eficácia pode

¹Por exemplo, as instituições bancárias exercem influência dominadora. Elas, em razão do seu poder de mercado, podem impor às pessoas certas condições de crédito, conforme suas regras. O banco exercendo essa dominação não significa que ele pretenda para si autoridade acima de qualquer interesse, mas mais que isso, ele assim como quem aspira a crédito perante ele, também está em busca de seus próprios interesses (a obtenção de lucro e o não-calote do cliente, daí a exigência de certas condições para liberação do crédito). Outra situação em que esta forma de dominação é vista é quando um monopolizador, em virtude da sua condição de monopólio, acaba por influenciar os preços de seus concorrentes, que se adequam, mesmo não sendo obrigados formalmente, para não terem prejuízo (WEBER, 2001).

ter sua causa em um desses três pontos ou em uma mescla de mais de um. Weber também aponta as motivações concretas, do ponto de vista do indivíduo, que fazem com que uma pessoa siga o que lhe é mandado. Essas motivações podem ser: por convicção, por conformidade, por sentimento de obrigação, por medo, por mero costume ou também por causa de certas vantagens pessoais que se recebe ao obedecer ao que é proposto (WEBER, 2001).

Uma relação de dominação pode ser bilateral quando uma pessoa tem um poder de mando específico sobre a outra. É o caso da dominação que o presidente da república exerce sobre um ministro, mas que o ministro também exerce sobre ele quando condiciona os votos de sua bancada no parlamento à sua permanência no cargo. É o caso também quando um general de exército tem um poder tão grande sobre sua tropa que tem possibilidade de se insurgir contra o rei quando da ameaça de depô-lo do cargo.

É importante frisar que para o exame sociológico o que interessa não é a existência de um poder ideal, mas sim sua existência efetiva, isto é, a que uma autoridade que deseja encontrar emitir mandados encontra.

Weber (2001) ainda afirma que toda administração precisa de dominação, pois, para dirigi-la, os poderes de mando necessitam estar nas mãos de alguém. É interessante observar que o poder de mando pode ter aparência muito modesta, sendo considerado o servidor dos dominados e sentindo-se como tal. Isso ocorre principalmente nas administrações diretamente democráticas, pois baseiam-se no pressuposto de qualificação igual, a priori, de todos para a direção dos assuntos comuns; e porque minimiza a extensão do poder de mando. As funções administrativas funcionam em um sistema de turno. Decisões materiais cabem aos membros das associações, eleitos ou nomeados para tal e aos funcionários cabe a preparação e execução das decisões (WEBER, 2001).

Tendo conceituado o que é a dominação, suas formas de surgimento, passa-se então à classificação dos tipos de dominação. O primeiro tipo que Weber apresenta é a dominação legal. Sua base fundante é a lei. A dominação está sobretudo baseada em leis e regulamentos próprios. É a dominação própria dos Estados modernos e das grandes corporações atuais. Neste tipo de dominação não se trabalha com o conceito de líder natural e o conceito de tradição para a manutenção de um líder também é minimizada. Com o intuito de fortalecer esse entendimento, traz-se a burocracia como um sistema racional e que busca formas para se alcançar a excelência nas

organizações, com isso destacam-se alguns princípios, como a legalidade das normas (todos estão abaixo da lei, inclusive quem as faz), a hierarquia (para que fique claro quem deve seguir quem, são definidas as chefias), a divisão e a racionalização do trabalho (definição de rotina, onde cada um sabe o que tá fazendo), os procedimentos são padronizados e há uma previsibilidade do funcionamento das organizações e, por fim, prega-se a excelência nos quadros, com a profissionalização dos funcionários e a meritocracia. Resumindo, é adequada a procedimentos bem-definidos (WEBER, 2001).

A dominação, neste tipo, é exercida muito em função do cargo que se é ocupado e não da pessoa em si. Se o ocupante é trocado, a dominação, via de regra, não o acompanha, mas permanece e é passada ao novo ocupante do cargo, este é um ponto fundamental. Neste tipo de dominação, ou melhor, em uma sociedade em que este tipo de dominação, a criação de novos direitos e deveres é algo natural e possível, devendo apenas estar de processo ditado pelas normas. (WEBER, 2001).

De acordo com Daniel da Rosa Esalabão (2016), em estudo sobre a legitimação do poder a partir da categoria weberiana, aduz que o conceito de dominação legal-burocrática guarda uma ambiguidade fundamental. Ao mesmo tempo que é heterocéfala, também é autocéfala. A primeira pelo fato de os estatutos serem feitos por outros que não a pessoa que exerce a dominação e a segunda porque ao mesmo tempo que são estabelecidas regras, essas regras deixam uma certa margem de decisão ao tomador de decisões, que pode tomá-las de acordo com sua consciência.

A segunda forma de dominação proposta por Weber é a dominação tradicional. Tal tipo de dominação está fundamentada principalmente nas relações típicas da Idade Média na Europa, tanto que se pode fazer a comparação: que a dominação burocrática-legal está para os Estados Modernos, assim como a dominação tradicional está para o feudalismo. Tal tipo de dominação se baseia muito nos valores que eram caros à época como noções de fidelidade (respeito aos estamentos superiores: nobreza e clero), a crença na santidade da tradição e na dignidade por ela emanada. A legitimidade e o respeito ao detentor desse tipo de dominação se dá em virtude da crença que se tem de que a dignidade do soberano é dada por Deus e por isso deve ser respeitada. E em uma sociedade religiosa, em que a Igreja tinha um papel importantíssimo na definição de valores, quem ousa questionar o *status quo* é logo silenciado. A criação de novos direitos dentro de sociedades marcadas por esse tipo de dominação é bem mais difícil do que em uma sociedade onde a dominação

legal-burocrática prevalece. Isso acontece em razão neste segundo tipo as normas se basearem muito na tradição e nos valores vigentes, valores e tradições estes que costumam ser de muita solidez, que vêm sendo construídos há séculos. Pauta-se em uma espécie de lei moral não escrita (WEBER, 2001).

O terceiro e último tipo de dominação trazido por Weber é a dominação carismática. O conceito deste tipo de dominação se baseia na crença que o dominador é possuidor de dons físicos e espirituais “sobrenaturais” (sobrenatural no sentido de que não-acessível a todos) e por esse motivo as pessoas se sentem instigadas a seguir esse líder. Ao contrário dos outros dois tipos de dominação, esta é extremamente pessoal. O poder de mando/autoridade está intrinsecamente ligado a pessoa que o exerce e não ao cargo(ESLABÃO, 2016).

O portador do carisma e que conseqüentemente exerce a dominação se pauta na existência de uma missão e para que a dominação seja válida é necessário a legitimação dessa missão por parte dos seguidores. A missão geralmente se dirige a um grupo de pessoas determinado por fatores locais, étnicos, sociais, políticos ou de qualquer natureza. Esses portadores do carisma são vistos perante seus pares como seres de “espírito apartados desse mundo”, tanto que para exercerem sua “missão” não é costumeiro exercem profissão comuns e estarem inseridos em núcleos familiares cotidianos (WEBER, 2001).

Ao contrário do que acontece na dominação legal-burocrática e na dominação tradicional, o líder carismático não tem sua autoridade baseada na existência de um estatuto ou de regras ou em promessas de fidelidade feudais ou de costumes tradicionais, mas se estabelece e se faz crer dando demonstrações de seus poderes em vida. Faz milagres, se é tido como profeta. Ou demonstra atos heroicos, diz-se um líder guerreiro. (WEBER, 2001)

O poder de um líder carismático nasce do entusiasmo ou do desespero de uma população, e, justamente por isso, é considerado divino. É também por isso que desconhece disposições jurídicas, regulamentos abstratos e jurisdição formal.

Quanto aos fundamentos econômicos, a dominação carismática é o contrário das outras duas. Não sei prevê receitas correntes e, mais que isso, o carisma rejeita como indigna a obtenção racional e planejada de dinheiro.

2. GOVERNABILIDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: O PRESIDENCIALISMO DE COALISÃO

Tendo falado dos tipos de dominação que apresenta Max Weber, passa-se então a análise do sistema político brasileiro. Desde 1889, quando se aboliu a monarquia do país, o Estado Brasileiro se constitui como uma república. Desde os idos do século XIX, quando da proclamação dessa república, passou-se por inúmeras transições entre momentos de estabilidade democrática e momentos truculentos com regimes de exceção.

Logo após o movimento encabeçado pelo marechal Deodoro da Fonseca, a recém-nascida república viveu momentos de uma democracia frágil, democracia *para inglês ver*, onde reinava o voto de cabresto, o coronelismo e o patrimonialismo, como relata Raymundo Faoro (1977) em “Os Donos do Poder”. Esse último aspecto, em especial, o patrimonialismo, embora muito menor de como se praticava outrora, ainda está presente na sociedade brasileira, tanto que não é incomum ver importantes figuras da política brasileira estampando páginas policiais dos jornais e sendo inquiridos frente a magistrados.

As instituições evoluíram, criou-se a importante figura do Ministério Público, a quem compete a titularidade da investigação e da acusação. No entanto, os *stakeholders*² do jogo político (e também aqueles que fazem negócios com a Administração Pública) parecem ainda não entender o conceito e a etimologia do termo república, que vem do latim *res publica* e quer dizer “coisa do povo”, “coisa pública”, e continuam a misturar assuntos de interesse estritamente privado com fatos e atos da administração pública.

Desde sua entrada na forma republicana de governo, o Brasil teve 6 constituições. A de 1891, logo após a proclamação do novo regime; a de 1934, que deu fim a Era Provisória do governo Vargas e iniciou a Era Constitucional; a de 1937, que deu início ao Estado Novo, a ditadura de Getúlio; a de 1946, após o regime de exceção de Vargas, o Estado Novo, quando o Brasil estava sobre o comando do presidente Eurico Gaspar Dutra; a de 1967, que deu base jurídica ao regime militar e, por fim, a nossa atual, promulgada em 5 de outubro de 1988, três anos após a eleição (indireta) do primeiro presidente civil depois de longos 21 anos de supressão de direitos, que marcou a época dos governos autoritários chefiados pelos presidentes

²Conjunto de todas as partes interessadas em algo.

militares (1964-1985), a Constituição Cidadã, que é tida como uma das mais modernas e completas do mundo.

No que tange aos sistemas de governo, o país passou a maior parte de sua história republicana sob o regime presidencialista, embora também tenha passado em alguns momentos por um regime (ou tentativa de) parlamentarista. Esse é um aspecto muito importante a ser analisado quando se pretende analisar governabilidade, conceituada como a capacidade de um governo conseguir governar, passar suas leis no parlamento e conseguir pôr em prática as políticas que prometeu quando em campanha.

Cintra (2007, p. 37-40) traz o que seriam as características básicas de um governo presidencialista. A primeira característica é a figura do Chefe de Estado e do Chefe de Governo estarem reunidos na mesma pessoa: o presidente. A primeira função se refere a representação da nação perante organismos internacionais e perante outros dirigentes estrangeiros, a segunda se refere ao poder que essa pessoa tem de governar de fato, de exercer as principais funções de governo.

A segunda característica é a de que esse presidente, que vai chefiar a república, deve ser escolhido por meio de uma votação popular. O terceiro ponto que traz o autor é que o mandato deve ser prefixado, assim como o mandato dos parlamentares e não pode o presidente ser demitido pelo legislativo (como ocorre quando um Primeiro-Ministro recebe uma moção de desconfiança, em regimes parlamentaristas), a não ser quando por um processo de *impeachment*, e nem pode o presidente dissolver o parlamento. E, por fim, o ministério/gabinete é nomeado pelo presidente e responde perante ele, não perante o legislativo (apesar de que o legislativo também detém certo poder sobre o gabinete: no Brasil, comissões parlamentares podem convocar um Ministro de Estado a prestar esclarecimentos, e a recusa deste em comparecer pode fazê-lo incorrer em crime de responsabilidade). (CINTRA, 2007)

Os regimes presidencialistas atuais se baseiam muito no modelo norte americano, que é o precursor do regime, adotando-o desde a elaboração de sua primeira (e única) Constituição, datada de 1787, após a Guerra de Independência que travaram contra o Reino Unido. O modelo norte americano, que influenciou o brasileiro, é um modelo de separação dos poderes, que originou dos estudos de Montesquieu (2005), em seu livro “O Espírito das Leis”, muito influenciado pelas reflexões de Aristóteles. O autor francês divide os poderes em Executivo (aquele que

administra o Estado), Legislativo (aquele que faz as leis e fiscaliza a administração) e Judiciário (aquele que julga e tenta pacificar os conflitos). Além disso apresenta também o sistema de freios e contrapesos (*checks and balances*), que consiste na interferência recíproca de um poder no outro, como por exemplo: o parlamento dita as leis, mas a Suprema Corte pode julgá-las inconstitucionais e suspender sua vigência.

Os sistemas presidencialistas podem ainda ser bipartidários, como é o caso dos Estados Unidos, ou multipartidários, como é o caso do Brasil, que tem essa determinação expressa no artigo 17 da Carta Magna de 1988. Nos sistemas semelhantes ao do Brasil, o presidente encontra muitas vezes dificuldade para governar em razão de ter que costurar aliança com variados partidos, por vezes de ideologias diferentes, para garantir maioria no parlamento e aprovar as leis de seu interesse. (CINTRA, 2007).

Tem-se, então, muitas vezes que recorrer ao clientelismo, à barganha de cargos da administração em troca de votos no parlamento. Nesse sistema, o presidente tem os chamados poderes reativos e proativos. O reativo está ligado a reagir a algo que é contrário ao seu interesse, exemplo disso é o veto presidencial a projetos de lei aprovadas pelo Legislativo. Pode ser total ou parcial, e tal poder deve ser usado com parcimônia pelo presidente, pois o uso em excesso pode implicar em perda de governabilidade e indisposição com o parlamento. O outro poder, o proativo, é tomar as vezes e dar o pontapé inicial para por uma política de seu interesse em prática, como é o caso dos decretos com força de lei, as medidas provisórias, que têm vigência imediata e só depois são analisadas pelo poder Legislativo. Também devem ser usados com parcimônia, pelo mesmo motivo do primeiro. (CINTRA, 2007).

Ainda se tratando de regimes presidencialistas, nas constituições mais recentes vem-se dando maiores poderes ao presidente, com vistas a evitar a paralisia de decisões (quando o Estado fica paralisado, em razão de Executivo e Legislativo não entrarem em consenso sobre certa matéria), permitindo que impasses sejam superados sem infringir normas legais. (CINTRA, 2007).

Quanto aos sistemas parlamentaristas, que apesar de não serem o objeto de estudo principal deste trabalho, cabe dissertar sobre suas características principais, são elas: o governo não conta com uma legitimação direta, como é o caso do presidencialismo, porque o chefe de governo é escolhido a partir da eleição para o legislativo; o governo sobrevive enquanto há a confiança do parlamento, que é quem

o mantém e a quem devem ser prestadas contas; o parlamento pode ser dissolvido antes do término da legislatura, convocando-se assim novas eleições; e a chefia de governo e a chefia de estado ficam com pessoas diferentes: a primeira com o primeiro ministro, designado pelo parlamento, e a segunda com o monarca ou o presidente. (CINTRA, 2007).

Em sistemas como esse, a legitimidade do governo perante a população é indireta, como explicitado acima. A população vota para os parlamentares, que escolhem quem vai ser o primeiro ministro. Assim sendo, em países onde há certa crise de representatividade, problema que assola mais comumente o legislativo, tirar o voto direto ao chefe do executivo, pode aumentar ainda mais a desconfiança da população para com o sistema político.

Assim como no presidencialismo, quando de uma situação multipartidária, tende-se a formar o que é chamado de governo de coalizão, quando o chefe (ou o partido do chefe) de governo tem que fazer alianças para que possa governar. Isso torna a linha da governabilidade tênue, uma vez que podem os partidos menores (não só) desertarem do governo, ferindo assim sua governabilidade. Interessante ver que alguns autores, como Huntington (*apud* Castro, 1997), tratam as crises de governabilidade que assolam alguns governos como sendo fruto do excesso de participação e da sobrecarga de demanda. Para ele, o bom funcionamento dos sistemas políticos se dá quando do equilíbrio entre *inputs* (instituições agregadoras de interesse, como os partidos políticos) e *outputs* (instituições governamentais que regulam e implementam as políticas públicas). Quando se sobrevém uma onda de participação muito forte, há por consequência uma sobrecarga no governo, que pode gerar falência nos *outputs*, que conseqüentemente gera deslegitimação da autoridade e por fim um enfraquecimento das instituições políticas.

Em seu artigo, Cintra faz também crítica aos dois sistemas e em relação ao presidencialismo, especialmente, faz algumas constatações: a rigidez do mandato (no presidencialismo) pode ser ineficiente e prejudicial ao país quando da adoção de políticas ineficazes e que não dão resultados, pois não se consegue trocar o chefe de governo com a celeridade (em tese) necessária, a não ser quando do cometimento de crime de responsabilidade, que aí pode usar-se o instrumento do impeachment. Essa seria a forma ideal para se fazer o uso do instrumento do impedimento de um presidente da república: o cometimento de crime de responsabilidade. No entanto, nem sempre é assim, por vezes os parlamentares se baseando em uma insatisfação

político-social fazem uso desse instrumento que em tese seria ilegal para situações em que não se houvesse o crime de responsabilidade.

Walther Bagehot, no século XIX, nos EUA, fazia crítica ao presidencialismo, que dizia difícil achar pior método para se escolher um governante do que esse:

Se o talento humano se houvesse decidido a conceber um sistema especialmente calculado para colocar à frente das atividades um homem incompetente para enfrentar uma premente crise, não poderia ter inventado um mais adequado. Esse sistema quase certamente assegura a rejeição do gênio provado e preparado, e afiança a seleção da mediocridade não posta a prova e desconhecida. (BAGEHOT, 1974:77)

O que Bagehot se refere quando diz ‘do gênio provado e preparado’ é que em regimes parlamentaristas, via de regra, os que alcançam o cargo de Primeiro-Ministro são parlamentares experientes, que vem se preparando há anos para aquela função, enquanto em regimes presidencialista, podem muito bem alcançar o posto máximo da república uma mente ‘não posta a prova ou desconhecida’. De qualquer forma, como muito tratado nas páginas acima, o presidencialismo tem certas vantagens como a identificabilidade e legitimação (via eleição direta para esse cargo) e maior facilidade na responsabilização da autoridade governamental perante o eleitor e prestação de contas (a *accountability*) (CINTRA, 2007).

No Brasil, o parlamentarismo passou por essas terras em dois momentos: o primeiro, durante o reinado de D. Pedro II ficou conhecido como ‘Parlamentarismo às avessas’, pois o imperador escolhia o Primeiro-Ministro, do partido mais votado na Câmara dos Deputados. Não sendo o partido majoritário na câmara alinhado aos ideais do imperador, ele o dissolvia. Assim como ele, através de seu poder moderador podia demitir o Primeiro-Ministro. Então, ao contrário do que acontecia no modelo britânico, onde o Primeiro-Ministro devia satisfação ao parlamento, que era quem poderia demiti-lo, no Brasil o Primeiro-Ministro devia satisfação ao imperador. Daí o termo ‘às avessas’ (CINTRA, 2007).

Já o segundo momento em que o regime parlamentarista foi adotado no país foi quando João Goulart estava prestes a assumir a Presidência da República em razão renúncia precoce do titular do cargo, Jânio Quadros. Goulart, que tinha seus ideais tidos considerados de esquerda, sendo classificado às vezes até como comunista, foi visto como uma ameaça a ordem no país, podendo segundo forças

militares desencadear uma revolução comunista no país. Isto posto, dando os militares sinais claros de que poderiam tomar o poder, se anteviu o parlamento, e, para acalmar os nervos implantou o parlamentarismo no Brasil, para diminuir os poderes do presidente João Goulart e agradar os setores conservadores das Forças Armadas (CINTRA, 2007).

Em 1965, fim do mandato de Goulart, seria feito um plebiscito para a população decidir entre os dois sistemas de governo. O plebiscito acabou sendo antecipado para 1963 e ganhou o presidencialismo, voltando Goulart a ter plenos poderes. Voltando ao poder o “comunista” e desagradando aos militares. Em 1964 os militares depõem Goulart e tomam o poder, se mantendo até 1985 (CINTRA, 2007).

Cintra (2007) reflete sobre o porquê da rejeição ao parlamentarismo no país. O primeiro ponto trazido é quanto à legitimidade que o chefe de um governo parlamentarista tem (ou deixa de ter). Ela acredita que para fazer as reformas que o país necessita, “destravar a máquina” é necessário um líder carismático ungido pelo voto popular, que tenha legitimidade para essas mudanças. No parlamentarismo o poder é diluído e ainda mais com a carência de prestígio que tem o legislativo nas democracias contemporâneas, em especial no Brasil, um líder advindo de lá talvez gerasse somente mais desconfiança no população e desinteresse para como sistema político. O que leva a crer que nas condições sociais, culturais e psicológicas do Brasil o melhor a se fazer é manter um sistema com legitimação direta.

3. A TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS EX-PRESIDENTES LULA E DILMA ROUSSEFF

Um dos mais importantes filósofos de seu tempo, Nicolau Maquiavel é precursor do que é chamado de realismo político. Retrata a política como é e não como deveria ser. Maquiavel faz compreender em seu livro “O Príncipe” que o governante está em um reino de disputas. Todos estão a medir forças. No entanto, fazer um bom governo ou ser um bom governante não significa fazer uso desse instrumento, a força, desenfreadamente, mas sim de forma virtuosa. O príncipe deve dominar o uso da virtù, “qualidade dos homens bravos, corajosos, honrados”, e fazer bom proveito da fortuna (sorte) quando esta lhe sobrevier. Além disso, deve-se cercar de um bom primeiro escalão, pois isso diz muito de um governante. Um líder virtuoso

escolhe bons para assessorá-lo. O inverso também é verdade (MAQUIAVEL, 2010, apud PRANDO, 2016).

Liderança tem muito a ver com se fazer obedecido, com ter influências sobre outrem e Weber aduz muito bem esse assunto em sua obra. É dito que “a obediência se dá quando se encontra legitimidade no poder da tradição, no poder do carisma ou no poder assentado na razão e nas leis” (WEBER, 1999 apud PRANDO, 2016). Como falado, a dominação pode se dar de acordo com três tipos: nas dominações legal e tradicional o poder se encontra mais nos cargos (se a pessoa deixa o cargo, o poder não a acompanha, via de regra); a (dominação) carismática está centrada em uma pessoa específica, o líder, que através de suas suas características e qualidades consegue influenciar inúmeras pessoas. Neste caso, como se pode perceber, o poder está na pessoa, não no cargo.

Uma importante diferenciação a ser fazer é a de chefe e líder. O líder está na “dianteira dos processos e reúne algumas qualidades pessoais (técnicas, intelectuais, política, morais) que lhe dão prestígio para dirigir”. O líder se apresenta em uma relação mais horizontal para com seus subordinados, não tem necessidade de constante reafirmação no cargo ou de se mostrar como quem manda, pois as pessoas o obedecem independente do cargo. Ao chefe é necessária a nomeação com base nos estatutos. O chefe manda, os subordinados obedecem. Não busca o consenso, ao contrário do líder. Tende a impor suas decisões. O chefe detém poder quando está no cargo. O poder do líder não está atrelado ao cargo, mas sim a pessoa, tanto que mesmo fora de um cargo de chefia/liderança específico pode continuar a exercer liderança e influência (NOGUEIRA, 2008, apud, PRANDO, 2016).

3.1. A TRAJETÓRIA DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA: O LÍDER CARISMÁTICO

Luís Inácio da Silva, mais conhecido como Lula, nasceu na cidade de Caetés, interior de Pernambuco, em uma família de origem humilde. Quando jovem ainda, seu pai deixou a família e foi morar em Santos-SP. Lula passou uma infância de necessidades e privado do convívio paterno. Anos depois da ida de seu pai para São Paulo, sua mãe (acompanhada dos filhos) vendeu o pouco que tinham para sobreviver no interior pernambucano e foi atrás do marido, nos idos da década de 1950. Chegando lá se deparou com a triste situação de ver o marido com outra família. Não demorou muito em Santos e foi tentar a vida no ABC Paulista, que estava tendo

uma grande expansão econômica, se tornando um cinturão de fábricas e indústrias. Lula lá fez um curso de torneiro mecânico no SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) em 1963 e começou a trabalhar numa área até então nova para ele. A vida sem muito luxo no sudeste já era bem melhor que a que um dia levaram no sertão pernambucano. Lula, em 1968, entra para o sindicato, 4 anos depois se torna Primeiro-Secretário e de 1975 a 1978 chefia o órgão sindical (PRANDO, 2016).

Em 1977, estoura no ABC Paulista uma grande greve, onde se reivindicava melhores salários e reposição da inflação, que não era repostada desde 1973. Reeleito no cargo de presidente do sindicato em 1978, Lula se destaca frente sua liderança nas negociações em favor dos sindicalizados e passa a ser visto como o grande mediador e responsável pelo fim dos protestos que ocorriam desde 1977. Ganha a partir daí uma visibilidade nacional e internacional. Estampa matéria da revista norte americana *Newsweek* sob o título de 'herói da classe trabalhadora'. O alcance de suas ações o levou das rodas de trabalhadores as mesas com os patrões: intermediou de negociações de bancários gaúchos à de funcionários da construção civil de Minas Gerais, e muitas outras. A revista *Veja* do ano citava Lula: "mesmo não havendo um comando nacional de trabalhadores, há uma pessoa capaz de comandar os trabalhadores" (SILVA e BONI, 2005).

Na década de 1980, Lula funda, juntamente com artistas, intelectuais e membros da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação, o Partido dos Trabalhadores (PT). Funda também a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e elege-se deputado federal e membro da Assembleia Nacional Constituinte. Em 1982 concorre ao governo de São Paulo, e, apesar de ter uma base grande, sai derrotado em razão sobretudo de suas ideias consideradas muito radicais (SILVA e BONI, 2005).

Em 1989, concorre pela primeira vez à Presidência da República. Deixa o sindicalismo de lado e passa a frequentar as rodas políticas. Lula mesmo tendo passado a frequentar as elites políticas, pouco mudou. Continuava a vestir roupas simples na maior parte do tempo e a defender ideias consideradas utópicas, com relação à reforma agrária, distribuição de renda e dívida externa. Ideias essas que deixavam empresários e o mercado assustados. Nas eleições do fim desta década (1989) a mídia, em especial a *Revista Veja*, que outrora o apoiara, quando ambos eram oposição ao regime militar, não se demonstrava mais tão amigável assim.

Classificava-o como suburbano, iletrado, sem pose de presidente; em favor de seu principal adversário Fernando Collor. Lula nas entrevistas se mostrava inseguro, já Collor mais preparado, com respostas mais consistentes aos questionamentos que eram feitos (SILVA e BONI, 2005).

Já na campanha de 1994, percebe-se uma maior preocupação de Lula com o visual, percebe-se um maior uso de roupas formais nos comícios, deixando um pouco de lado o estilo 'largado' que lhe era característico. Silva e Boni (2005) analisam: "de acordo com a Veja, o petista usa a técnica do catastrofismo – quanto pior estiver a situação social do país, melhor será para ele. Diz-se que ele repete as histórias e, em cada local, aumenta um pouco a tragédia". Os autores analisam que houve uma "grande dicotomia" entre o Lula de antes e o de depois da implementação do Plano Real: antes, Lula se mostrava entusiasmado, animado com os resultados de suas Caravanas das Cidadania (comícios que percorriam várias cidades do país).

Depois há um Lula mais contido, vendo mais uma vez a vitória se esvaír. A segurança deu lugar à incerteza e Lula viu o ministro responsável por tocar o bem-sucedido Plano Real Fernando Henrique Cardoso alavancar nas pesquisas. Lula de início achava que o plano era só uma plataforma meramente eleitoreira de Fernando Henrique, passageiro como foram os outros planos, no entanto, no que se seguiu, viu que a população estava acreditando que o novo plano econômico poderia dar certo e que se ele insistisse em continuar batendo e criticando essa nova política econômica, prejudicar-se-ia a si mesmo. Lula passava a imagem de quem "estava contra o Real, ou seja, não seria ele o candidato daqueles que nutriam esperanças de que o novo plano econômico pudesse trazer benesses", que eram boa parte da população. FHC ia só subindo nas pesquisas e Lula, que em 1989 teve sua imagem associada ao sonho e a esperança, agora estava com a imagem associada à agressividade e ao mau humor, se mostrando cada vez mais abatido e sem ânimo de continuar a campanha (MEDEIROS, 1994, p.73-74 *apud* SILVA e BONI, 2005).

Em 1998, foram perceptíveis muitas mudanças na forma como Lula se portava e como foi conduzida sua campanha, isso graça a uma assessoria de marketing, comandada por Toni Cotrim. Usou-se uma tática de aproximação do eleitor: o então candidato foi fotografado em campos de futebol "batendo uma bolinha", foi a desfiles de escolas de samba do Rio de Janeiro (afinal o povo gosta de samba), foi a evento no Rio Grande do Sul, vestindo-se como um típico gaúcho... Mudanças visuais e estratégicas que estavam sendo acompanhadas de perto pela equipe de marketing.

No que tange ao discurso, o Lula de 1998 é bem diferente do de 1989. Aproximou-se de partidos com ideologias não tão semelhantes a do seu e também de empresários, como Antônio Ermírio de Moraes, assustando até alguns correligionários, e percebeu que para se vencer uma eleição precisaria fazer alianças, visão não compartilhada por seu partido, que criou resistência. Lula melhorou bastante sua imagem ante a população, no entanto desgastado pelas duas derrotas anteriores, e, estando Fernando Henrique sendo abençoado pelas consequências do Plano Plano Real, que estava surtindo ótimos efeitos, como controle da inflação e poder de compra ao trabalhador, saiu novamente derrotado. De todo modo, as mudanças no discurso de Lula e sua maior abertura a conversas com empresários foi crucial para o que estava por vir nos próximos anos (SILVA e BONI, 2005).

Nas eleições de 2002, Lula, de fato, mudou. Foi dado foco a sua capacidade de criar alianças. De trazer para seu lado quem em 1989 disse que ia sair do país caso ele ganhasse (grandes empresários). Lula mergulhou com tudo no marketing, e mudou barba, cabelo e bigode.

A maneira do Lula se vestir mudou muito, antes eram os ternos simples de R\$ 250,00 e hoje ternos Giorgio Armani de R\$ 4.000,00. O sorriso do Lula também mudou bastante, graças a um tratamento dentário aos domingos. Corte de cabelo e barba hoje são feitos por profissionais e não mais por um de seus amigos dos tempos de movimento sindical. A Campanha não foca mais nas prisões de candidatos do PT na época das Diretas (como aconteceu em todas as campanhas do Lula até hoje), já que o brasileiro não acha bonito o fato de alguém ter sido preso, e na verdade até desconfia disso. A forma como o Lula fala também mudou. Alguém ouviu ultimamente expressões fáceis do Lula como “Vamos à luta companheiro!”? Não, não ouviram justamente porque a luta do Lula não era bem interpretada por despolitizados e por pessoas mais moderadas que associavam essa luta com baderna e bagunça, e isso causa certo temor na cabeça dos eleitores. A campanha renega totalmente às idéias do PT e foca totalmente no ser humano Lula, em sua família e sua história. Ele chega até a chorar durante a propaganda. Nas propagandas, repetir a gravação até achar a melhor iluminação, a melhor imagem, tudo em busca da perfeição, da assepsia total. (MENDONÇA, 2001 *apud* SILVA e BONI, 2005).

Lula mostrou que tinha ganhado experiência e aprendido que precisaria governar para todos os setores. Poderia defender o trabalhador mas teria que ouvir o empresário e o investidor. Também deu muito ouvidos à sua equipe de marketing e não se deixou levar pelas provocações de outros candidatos. Construiu-se a narrativa

que era hora de dar uma chance ao PT, para mudar o país assolado com tanta injustiça e miséria. E esse discurso foi comprado pela população, como é sabido o fim (SILVA e BONI, 2005).

O ex-presidente, como se pode concluir, tem muitas características que o levam a ser classificado como um líder e, mais, como um líder que exerce dominação carismática sobre seus dominados, de acordo com os parâmetros trazidos por Weber. Sabe como fazer alianças e atrair as pessoas para perto de si, tem a mente aberta à mudanças. A ver que se “esse tipo de discurso nunca vai ganhar” (SILVA e BONI, 2005), é necessário repensar a estratégia. Soube ver que para se tornar presidente, teria que negociar com todos os setores, com patrão e empregado. E também soube ver a necessidade do marketing em uma campanha eleitoral. Lula construiu uma trajetória de liderança de décadas e soube se adaptar bem às mudanças e foi essa adaptação, esse “saber ouvir seus pares” que o conduziu à rampa do Palácio do Planalto em 1º de janeiro de 2003 e o reconduziu em 2007.

3.2. A TRAJETÓRIA DE DILMA ROUSSEFF: A GESTORA

Dilma Vana Rousseff, a primeira mulher a se tornar presidente da República, nasceu em 1947 em Minas Gerais. Pertencente a uma família de classe média alta, Dilma se formou em economia, no entanto sua juventude foi marcada pela luta na guerrilha contra a ditadura militar. Militou em organizações como o COLINA (Comando de Libertação Nacional) e VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária). Pela atuação na luta armada, Dilma foi presa e torturada de 1970 a 1972. (PRANDO, 2016)

Se mudando para Porto Alegre em 1980, Dilma entrou para o mundo político, filiando-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Durante a gestão do prefeito Alceu Collares, seu colega de partido, em Porto Alegre, Dilma foi nomeada secretária municipal de fazenda. Depois, foi presidente da Fundação de Economia e Estatística e também secretária estadual de Minas e Energia. Após anos no PDT, em 2001, Dilma filia-se ao Partido dos Trabalhadores, onde em 2002 participou da equipe que construiu o plano de energia do que seria o governo Lula. O recém-empossado presidente gostou tanto do estilo de trabalho da então assessora, que a nomeou ministra de Minas e Energia. Segunda Lula, Dilma “tinha jeito de ministra”. O ex-presidente achou interessante, quando da montagem de seu plano de governo, o fato de Dilma sempre recorrer a um laptop (coisa que ainda era novidade na época) cheio

de dados e informações, além de ser a única pessoa ali que tinha tido experiência de governo (AMARAL, 2011 apud PRANDO, 2016).

Dilma, já estando em um cargo de elevada importância, viu a *fortuna*, como denominava Maquiavel, se apresentar para ela em 2005. Abalado pelo esquema de corrupção do mensalão, cai o então ministro da Casa Civil José Dirceu. Um dos cargos mais estratégicos da República estava vago e Lula precisava de alguém de confiança para ocupá-lo. Assim sendo, estando a alta cúpula da República sob investigação, com raríssimas exceções, Lula viu em Dilma, pessoa que já dispunha de seu apreço e que vinha fazendo um bom trabalho, a pessoa ideal para ocupar tal cargo. Assim Dilma foi alçada ao cargo de Ministra-Chefe da Casa Civil, cargo que lhe deu muito mais visibilidade do que ela já tinha como ministra de Minas e Energia (PRANDO, 2016).

Findando seu segundo mandato, Lula queria um sucessor alinhado com seu pensamento para dar prosseguimento às políticas desenvolvidas por ele, para então ter a possibilidade de pleitear a Presidência da República novamente em 2014.

Nesse contexto, o cálculo político de Lula parecia ser infalível: Dilma não era uma política convencional (nunca havia disputado uma eleição), não era de origem no PT (que naquele momento tinha sua imagem e seus símbolos questionados), era uma mulher (fora do padrão patriarcal tradicional da política) e parecia ter capacidade gerencial (embora já fosse notória seu pouco apreço para a conversa política miúda e cotidiana). Que mal, então, faria lançar Dilma sua sucessora? (...) E mais: a inaptidão de Dilma para o trato político com os eleitores e com seus pares, poderia ser equacionada com uma boa dose de marketing político e, também, com a assessoria de quadros do PT mais bem preparados e experientes. (PRANDO, 2016)

Assim foi feito: à base de uma cara campanha de marketing, Dilma foi apresentada a população como a sucessora perfeita (e da confiança) de Lula. Foi mostrada como uma gestora eficiente, sem muita habilidade para a política partidária, mas que entendia muito da coisa pública, da burocracia gerencial do Estado. Ela, de acordo com a classificação de formas de dominação que traz Weber, se encaixa como uma pessoa que exerce a dominação burocrático-legal, onde o poder se encontra mais no cargo. Dilma, em sua primeira campanha eleitoral, encontrou uma situação em que sua falta de *virtù* para lidar com a política partidária miúda, encontrou a fortuna deixada por seu antecessor: economia crescendo a passos galopantes, popularidade altíssima, tendo tirado 10% da população que estavam abaixo da linha da pobreza.

Dilma, então, ganhou as eleições de 2010 com 56% dos votos válidos contra o tucano José Serra. A falta de habilidade política como já era perceptível, além da ausência das qualidades pessoais de um líder, sendo Dilma apenas uma chefe, pareciam não fazer muita falta *a priori*, enquanto as condições ainda eram favoráveis, mas fariam falta mais a frente, quando Dilma já não contava mais com a *fortuna* e sua *virtù* era deveras restrita.

4. AS IMBRICAÇÕES ENTRE ESTILO DE LIDERANÇA E SUPERAÇÃO DE CRISES GOVERNAMENTAIS

Renato Ribeiro Janine (2011), em artigo publicado no jornal Valor Econômico, intitulado o 'O Quarteto e a Fortuna', faz uma análise dos ensinamentos de Maquiavel em sua obra 'O Príncipe' aplicada a política brasileira. O autor compara a chegada ao poder de dois presidentes que conquistaram o cargo pelo que chama Maquiavel de "armas alheias". FHC chegou ao poder em razão de um regime de exceção econômica, quando a inflação neutralizava todos os outros assuntos e que o plano de FHC conseguiu bem controlar quando era ministro. Diz o autor "seria difícil um intelectual de seu porte, nosso chefe de governo mais estudado desde José Bonifácio, vencer no voto popular". Tinha-se a expectativa que Fernando Henrique fosse tutelado por Antônio Carlos Magalhães, no entanto chegando ao poder mostrou virtude, no sentido de Maquiavel. FHC conseguiu fazer aprovar um projeto de emenda à constituição e assim ser o primeiro presidente da história brasileira a se reeleger. O ex-presidente tucano, que era, entre outras coisas, cientista político, soube usar a política como arte da negociação, e superou a dependência de armas alheias as quais outrora recorreu (JANINE, 2011).

Já Dilma, outra usuária das "armas alheias" para chegar ao poder, não superou a dependência que tinha de seu antecessor e padrinho, Luís Inácio Lula da Silva. Dilma até arriscou voo no primeiro mandato, se descolando um pouco da figura de Lula. O estilo de governar dos dois era totalmente diferente, o de Lula o típico presidencialismo de coalizão, troca de cargos e busca de sinergia com o legislativo. O Dilma uma tentativa de algo mais gerencial, mais técnico. A ex-presidente deu prosseguimento a troca de cargos com partidos aliados em troca de apoio no Parlamento, no entanto, seu pouco apreço ao que Prando (2016) chama de "conversa política miúda e cotidiana" lhe custariam caro mais pra frente. (JANINE, 2011)

Em um cenário ideal, um governante deve dispor de virtú para bem governar, no entanto em cenários quando há sobra de fortuna (por vezes traduzida como sorte, um contexto bom), a falta da primeira pode ser relevada. Mas quando a fortuna passa, e só restam as habilidades pessoais do governante, nesse momento vê-se a importância dela.

Lula e Dilma tiveram fins bens diferentes em seus mandatos presidenciais. Ambos receberam uma boa herança quando estavam assumindo, no entanto a forma como levaram e estabeleceram relações com os outros poderes, e a forma como os poderes tratavam esses dois distintos presidentes, explicaria muito do que estaria por vir.

De toda forma, mesmo as heranças que os dois presidentes tenham sido boas, elas foram boas em níveis diferentes, tendo sido a de Lula até melhor. O ex-presidente recebeu um país com uma economia organizada, uma economia que outrora era refém das altíssimas taxas de inflação e que seu antecessor, FHC, conseguiu bem controlar. Além disso, no final da década de 1990, o país passou de devedor a credor do Fundo Monetário Internacional (FMI), o que trouxe como consequência mais investimentos estrangeiros ao país, visto que a confiança do investidos aumentou. Foi somente tendo a economia sob controle que Lula pôde investir nas áreas sociais como fez. Já a herança da ex-presidente era muito mais perene. *Boom* das *commodities* e alta popularidade de seu antecessor e padrinho político que lhe deram legitimidade. Quando essa herança já não estava tão presente, o cenário ao redor da ex-presidente foi se tornando desfavorável até culminar na sua destituição.

4.1. A INFLUÊNCIA DA LIDERANÇA DE LULA EM SEU MANDATO

Lula é um perfeito exemplo do líder carismático. O poder está associado à sua pessoa e não ao seu cargo, tanto que mesmo há 8 anos fora do poder, Lula influencia milhares ou até milhões de pessoas até hoje em todo o Brasil. Pesquisa do Instituto DATAFOLHA do dia 22 de agosto de 2018 para a corrida presidencial que se aproximava mostra Lula, mesmo preso em Curitiba e condenado em 2 instâncias da Justiça Federal (13ª Vara Federal de Curitiba e Tribunal Regional Federal da 4ª Região), como o preferido dos eleitores com 39% das intenções de votos, seguido pelo agora presidente Jair Bolsonaro, que contava com 19% das intenções de voto. Daí tira-se que Lula é uma liderança sem precedentes na história do Brasil. Mesmo

com sua imagem manchada por condenações por corrupção, a popularidade do ex-presidente pouco se abala.

Lula tem um histórico de liderança que vem desde sua época de líder sindical em São Bernardo do Campo (SP), nos idos dos anos 1970. Desde então Lula sempre se mostrou um negociador muito hábil, que sabia ouvir os dois lados e fazê-los entrar em acordo, vide as greves que ele levou ao fim, como a de 1977/1978 dos metalúrgicos do ABC, a de trabalhadores da construção civil em Minas Gerais e a de bancários do Rio Grande do Sul, nos anos 1980.

Tendo Lula disputado eleições ao cargo de presidente da República três vezes seguidas antes de vencer, o ex-presidente aprendeu muito com suas derrotas e foi mudando o discurso ao longo dos anos. O Lula de 1989 assustava os empresários, que ameaçavam, em algumas dezenas, deixar o país caso o então candidato fosse eleito. Nessa época Lula tinha discursos considerados extremamente radicais, sobretudo em relação à reforma agrária, distribuição de renda e dívida externa (SILVA e BONI, 2005). Com o tempo e com as derrotas, Lula viu que esse tipo de discurso radical não o elegeira nunca e então foi mudando, se aproximando inclusive de empresários, como foi o caso de seu candidato a vice-presidente na campanha de 2002, José Alencar, grande empresário do ramo de tecido em Minas Gerais.

A liderança do ex-presidente além de auxiliá-lo na consecução de seu mandato, ainda o ajudou a superar momentos críticos que a ele se sobrevieram, como foi no caso do escândalo do Mensalão. No esquema que estourou em 2005, o Partido dos Trabalhadores era acusado de pagar uma mesada mensal de R\$ 30 mil para que parlamentares da base aliada do governo (principalmente do PP e PL) mantivessem o apoio. A denúncia do esquema feito ao jornal Folha de S.Paulo pelo então deputado do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) Roberto Jefferson. Jefferson teria recusado a propina e decidiu falar sobre o que sabia. O escândalo fez tremer as bases do governo. Menos de 20 dias depois da denúncia de Jefferson, o Ministro-Chefe da Casa Civil de Lula, José Dirceu, sai do cargo, uma vez que estava envolvido diretamente com as denúncias. Após esse acontecimento, Lula que já vinha sendo algo de pedidos de abertura de processo de impeachment, viu esses números crescerem, no entanto devido ao bom diálogo institucional existente entre ele e os presidentes das Casas Legislativas (Câmara dos Deputados e Senado Federal), os pedidos não foram aceitos e, conseqüentemente, foram arquivados (VIEIRA, 2013).

Eleito em 2002 e tomando posse em 2003, Lula conduziu seu primeiro mandato de forma bastante pragmática, sem mudanças muito bruscas que pudessem assustar quem quer que seja. Deu continuidade à política macroeconômica de seu antecessor, com a manutenção do tripé macroeconômico (câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário), a isso somou-se o boom dos commodities. Com esse cenário econômico excelente, Lula conseguiu tirar milhões de brasileiros da pobreza e da miséria, além de dar maior poder de compra a várias classes, sobretudo à classe média. Tal cenário favorável ao ex-presidente fez com que ele passasse praticamente ileso do escândalo do “Mensalão”, que estourou em 2007 e se tratava basicamente da compra de apoio parlamentar para manter a base de sustentação do governo (PRANDO, 2016).

A crise de 2008, já durante seu segundo mandato, não chegou a colocar em cheque a popularidade e os feitos do ex-presidente. “O líder sindical havia se mostrado líder nacional, com capacidade de negociação, comunicação competente com os vários setores da sociedade e dotado de um carisma bastante peculiar” completa Prando (2016).

E, por fim, o presidente, que tinha popularidade para pleitear até um 3º mandato, com chances reais de vitória (possibilidade que não era e ainda não é permitida pela Constituição Brasileira), não deixou o (Palácio do) Planalto de forma discreta, mas conseguiu eleger sua sucessora, Dilma Rousseff, um dos membros do corpo de ministros ao qual o presidente era mais próximo.

4.2. A INFLUÊNCIA DA LIDERANÇA DE DILMA EM SEU MANDATO

Conhecida sob o título de mãe do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), Dilma nunca tinha concorrido à uma eleição até fazê-lo para o cargo mais importante da República em 2010. Dilma, que não era política de carreira, mas era tida como uma burocrata de primeira linha, foi secretária de Fazenda de Porto Alegre, presidente da Fundação de Economia e Estatística e secretária de Minas e Energia do estado do Rio Grande do Sul, ministra de Minas e Energia e, por último, ministra-chefe da Casa Civil. Dilma sempre ocupou cargos na burocracia estatal desde que saiu da guerrilha. No entanto, nunca demonstrou muita afeição a política propriamente dita em seus longos anos de vida pública. (PRANDO, 2016)

Lula, ao final do seu segundo mandato, queria alguém que o sucedesse e desse continuidade às reformas por ele iniciadas e viu em Dilma a pessoa ideal para

isso, além de ser uma pessoa de sua total confiança. Lula, no entanto, achou que o estilo de Dilma, sem muito traquejo para a prática política partidária e sem muito carisma perante o eleitor, pudesse ser resolvido com uma boa dose de marketing eleitoral. De certa forma foi. Após uma cara campanha de marketing, onde Dilma foi apresentada como uma gestora competente, como mãe do PAC, a ex-ministra foi eleita em 2010, com 56% dos votos válidos, com 12 milhões de votos a mais que seu concorrente principal José Serra (PRANDO, 2016).

Dilma teve um primeiro mandato relativamente tranquilo. Conquanto não tivesse muita habilidade para o que Prando (2016) chama de conversa política cotidiana, Dilma conseguiu levar bem o primeiro mandato, beneficiando-se, em partes, da *fortuna* deixada por Lula (economia crescendo e popularidade em alta). A partir de 2013, começou a surgir no país grandes protestos, inicialmente contra o preço dos transportes públicos e depois abrangendo outras pautas, como a renovação política (algo que pôs Dilma em pauta visto que o PT estava completando 10 anos a frente do governo). Além disso começou a se instalar no Brasil uma crise econômica, com alta do desemprego e decréscimo do PIB. (PRANDO, 2016)

As manifestações geraram impacto no parlamento e com isso foi-se instalando uma crise política no país. Chegou o ano das eleições, a popularidade da ex-presidente já não estava tão boa assim, em abril de 2014 girava em torno de 33%, e Dilma ainda assim insistiu na reeleição, mesmo a contragosto de muitos dos seus correligionários e do próprio ex-presidente.

Com uma campanha para o segundo mandato tida por muitos como desonesta (uma vez que se prometeu certas medidas em campanha e depois de terem ganhado, fizeram o contrário, a exemplo do gás de cozinha, que prometeu-se abaixar e após a eleição o preço aumentou), Dilma, com a coordenação de seu marketeiro, vendeu um país irreal, muito diferente do que os dados diziam. Prometeu intervir nos preços da gasolina e da energia elétrica para abaixá-los e quando ganhou as eleições fez exatamente o contrário. Prática que a oposição apelidou de “estelionato eleitoral”. A oposição, derrotada, encabeçada por Aécio Neves, não recebeu bem o resultado das eleições, sobretudo por causa das mentiras da campanha e prometeu assim ser uma oposição bastante combativa contra o governo da presidente. E assim foi. Dilma desde o início do segundo mandato teve uma dificuldade enorme para governar e o Brasil ficou praticamente parado devido à uma paralisia de decisões e falta de sinergia entre os poderes nos anos de 2015 e 2016 (PRANDO, 2016).

Além de questões associadas à falta de traquejo político da presidente, soma-se a questão de gênero, que ainda influencia e muito o campo político brasileiro. O Parlamento, em especial a Câmara dos Deputados, em pleno século XXI e sobretudo nos últimos anos, vem se tornando um antro de conservadorismo. Alia-se a isso um machismo estrutural, presente na sociedade brasileira, e, conseqüentemente, nos membros do legislativo que leva a ver a mulher na posição de assessoramento e não em cargos de chefia. Essa visão, aliada diretamente a questão da misoginia, fez com que a presidente Dilma fosse vista em um lugar, segundo esse entendimento, feito para homens. Ademais, a oposição, aliada a mídia tradicional faz questão de desqualificar Dilma como mulher de todas as formas possíveis, justificando ao fato dela ser mulher a incapacidade para administrar os problemas do país. (ARAÚJO, 2016).

A forma como Dilma era retratada é algo que merece especial atenção, Araújo (2016) chama atenção para a abordagem que se dava a ex-presidente como uma mulher sem carisma, beleza e apelo sexual, constradando-a com o padrão de mulher ideal de Marcela Temer, colocado como “bela, recatada e do lar”. Ao produzir esses estereótipos de gênero, legitima-se perante o cidadão médio brasileiro discursos de ódio que desrespeitam e desmoralizam certos indivíduos, como foi o caso de Dilma.

Voltando o campo político propriamente dito, a maior crise que Dilma teve que enfrentar foi a para manter seu próprio mandato, para o qual havia sido eleita. Com a crise econômica e a insatisfação da população para com o governo petista se agravando, inúmeros pedidos de abertura de processo de impeachment foram sendo protocolados na Câmara do Deputados. O Presidente da Casa a época, Eduardo Cunha, que estava enfrentando o início de um processo de cassação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara, tentou negociar com Dilma a troca dos votos dos deputados petistas no Conselho de Ética pela não abertura do processo de impeachment contra a então presidente. Dilma não aceitou. O processo foi aberto, passou pela Câmara, depois pelo Senado e por fim, depois de muita discussão, mas um final quase que previsível, Dilma foi destituída do cargo em 31 de agosto de 2016.

Inúmeras são as causas que podem ter feito a ex-presidente cair, mas o histórico de falta de governabilidade que a ela se sobreveio, além da falta de diálogo a se estabelecer com o Congresso, além da misoginia, machismo e conservadorismo presentes na política brasileira, podem ser elencadas como as principais causas para

o que uns foi tipo como golpe e parar outros como um processo totalmente democrático.

CONCLUSÃO

Este estudo objetivou verificar, a partir de um estudo de caso de situações políticas vivenciadas por ex-presidentes da república, se há relação causal entre o estilo de liderança de um mandatário de cargo político e a consecução do mandato. Viu-se que liderança não é a única medida a ser considerada quando se pretende avaliar essa questão, no entanto este quesito se faz de extrema relevância para a análise.

Viu-se que o sistema de governo brasileiro, um presidencialismo multipartidário, requer uma grande capacidade de negociação e articulação. O Brasil tem hoje 39 partidos e ter que lidar com isso para fazer uma base de apoio pode ser um desafio. Assim sendo, entrou-se também nos conceitos de *virtù* e *fortuna* de Maquiavel. Constatou-se que quando se tem uma boa fortuna, um bom cenário econômico sustentando o governo, a falta de *virtù* pode passar despercebida, mas quando esse cenário não está mais tão favorável, é a *virtù* do presidente que “faz o barco andar”.

Conclui-se, por fim, que em um sistema de governo tão complexo como é o caso do brasileiro, colocar uma pessoa não muito experiente com o trato político cotidiano, e mais que isso, uma pessoa que não tem muita capacidade liderança, negociação, em um cargo que requer isso pode ser, no mínimo, arriscado e levar o país a uma paralisia de decisões que traz consequências a todos. E aliado a isso, ainda se faz presente o cenário misógino e machista do Parlamento brasileiro aliado à mídia conservadora, que não aceita com bons olhos uma mulher em um alto posto de comando e tenta a todo custo descreditá-la perante a população visando sua deslegitimação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, Amanda de Paula Birindiba. **Impeachment e gênero: apontamentos para debate**. 2016. 9 f. Revista KoBra - Kooperation Brasilien (KoBra), Brasil, 2016.

CINTRA, Antônio Octávio. Parte 2, **Cap. 1: Presidencialismo e parlamentarismo: são importantes as instituições. Cap. 2: O Sistema de Governo no Brasil**. in AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema Político Brasileiro: uma Introdução**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stifting; São Paulo: Fundação UNESP, 2007.

ESLABÃO, Daniel da Rosa. **O CONCEITO DE DOMINAÇÃO EM MAX WEBER: UM ESTUDO SOBRE A LEGITIMIDADE DO PODER**. Pelotas: Ed. UFPEL, 2016.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. Porto Alegre: Editora Globo, 4a ed., 1977.

JANINE, Renato Ribeiro. **O Quarteto e a Fortuna**. São Paulo: Valor Econômico. 2011.

MONTESQUIEU, C.S. **O Espírito das Leis**. 3.ed. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 2005

PRANDO, Rodrigo Augusto. **POLÍTICA E ESTILOS DE LIDERANÇA: FHC, Lula e Dilma**. Revista UNIESP - UNIESP, 2016. São Paulo - Brasil.

SILVA, Cristiane Sabino; BONI, Paulo César. **A trajetória imagética de Lula: de líder sindical a Presidente da República**. 2015. Londrina. Brasil.

VIEIRA, Márcia Paula Chaves. **Corrupção em Pauta, Reforma Política como Solução: O caso “Mensalão”**. 2013. 13 f. Dissertação (Doutoranda em Sociologia.)- Faculdade Luciano

Feijão, Sobral - CE, 2013. Disponível em:
<[http://www.faculdade.flucianofejao.com.br/site_novo/scientia/servico/pdfs/VOL2_N3/MAR
CIAPAUACHAVESVIEIRA.pdf](http://www.faculdade.flucianofejao.com.br/site_novo/scientia/servico/pdfs/VOL2_N3/MAR
CIAPAUACHAVESVIEIRA.pdf)>. Acesso em: 23 jan. 2019

WEBER, Max. **Economia e Sociedade** – fundamentos da sociologia compreensiva. 4ª. ed.
Vol. I e II .Brasília: Ed. UnB, 2000.